



Fevereiro/2015



TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE GOIÁS

Concurso Público para provimento de cargos de

**Auditor
Conselheiro Substituto**

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'G07', Tipo 004

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-004

Nº do Documento

0000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA OBJETIVA

Primeira Fase

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno contém 100 questões, numeradas de 1 a 100.
Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira, marca-texto ou borracha durante a realização das provas.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora ou similar.
- A duração da prova é de 5 horas, para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**Direito Constitucional**

1. Em decorrência da disciplina constitucional da Administração pública e da ordem econômica, empresas públicas e sociedades de economia mista
- (A) devem seguir as normas referentes à licitação e contratação de obras, serviços, compras e alienações aplicáveis à Administração pública.
 - (B) devem assegurar, na constituição de seus conselhos de administração e fiscal, a participação de representantes dos empregados, em percentual fixado na Constituição federal ou estadual, conforme a esfera da Administração a que pertencam.
 - (C) devem ser criadas por lei específica, cabendo à lei complementar definir as áreas de sua atuação.
 - (D) poderão gozar de privilégios fiscais não extensivos às do setor privado, em se tratando de prestadoras de serviço público.
 - (E) sujeitam-se ao regime jurídico próprio das empresas privadas, se explorarem atividade econômica de produção ou comercialização de bens, exceto no que se refere às obrigações tributárias.
2. Lei municipal que estabeleça sanções de apreensão de veículo e multa pecuniária, em decorrência do transporte clandestino de pessoas no território do Município, de maneira mais gravosa do que a prevista na legislação federal pertinente, será
- (A) constitucional, por ser competência própria do Município legislar sobre assunto de interesse local.
 - (B) inconstitucional, pois compete ao Estado-membro suplementar a legislação federal em matéria de trânsito e transporte.
 - (C) inconstitucional, pois compete privativamente à União legislar sobre direito penal.
 - (D) constitucional, por competir ao Município organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo.
 - (E) inconstitucional, se não houver lei complementar federal que autorize o Município a legislar sobre aspectos específicos da matéria relativa a trânsito e transporte.
3. Considere as seguintes atribuições dos órgãos legislativos da esfera federal:
- I. Estabelecimento de limites globais e condições para o montante da dívida mobiliária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
 - II. Julgamento anual das contas prestadas pelo Presidente da República e apreciação dos relatórios sobre a execução dos planos de governo.
 - III. Tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa.
- À luz da disciplina constitucional da matéria, referidas atribuições competem, respectivamente, a
- (A) Senado Federal; Câmara dos Deputados; Congresso Nacional.
 - (B) Senado Federal; Congresso Nacional; Câmara dos Deputados.
 - (C) Congresso Nacional; Câmara dos Deputados; Senado Federal.
 - (D) Congresso Nacional; Senado Federal; Câmara dos Deputados.
 - (E) Câmara dos Deputados; Senado Federal; Congresso Nacional.

4. Relativamente ao financiamento da seguridade social, a Constituição da República estabelece que
- (A) o empregador, a empresa e a entidade a esta equiparada na forma da lei participarão mediante contribuições sociais incidentes, entre outros, sobre a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício.
 - (B) as contribuições sociais previstas na Constituição somente poderão ser exigidas no exercício financeiro seguinte àquele em que haja sido publicada a lei que as tenha instituído ou aumentado e desde que decorridos noventa dias da data da publicação da lei.
 - (C) a lei poderá instituir outras fontes destinadas a garantir a manutenção ou expansão da seguridade social, além das previstas na Constituição, as quais, diferentemente dos impostos, poderão ser cumulativas e ter fato gerador ou base de cálculo próprios das discriminadas na Constituição.
 - (D) as receitas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios destinadas à seguridade social não constarão dos respectivos orçamentos, integrando o orçamento da União.
 - (E) o trabalhador e os demais segurados da previdência social participarão do financiamento da seguridade social, incidindo sua contribuição inclusive sobre aposentadoria e pensão concedidas pelo regime geral de previdência social.
5. Considere as seguintes propostas de estruturação e atuação do Ministério Público – MP especial junto a determinado Tribunal de Contas estadual:
- I. Os membros do MP especial serão escolhidos mediante a realização de concurso público de provas ou provas e títulos, realizado pelo Tribunal de Contas, em conformidade com lei ordinária que disponha sobre sua organização, estruturação interna, definição do quadro de pessoal e criação dos cargos respectivos;
 - II. Aos membros do MP especial será vedado receber, a qualquer título ou pretexto, auxílios ou contribuições de pessoas físicas, entidades públicas ou privadas, ressalvadas as exceções previstas em lei;
 - III. Ao se aposentarem, os membros do MP especial junto ao Tribunal de Contas passam a integrar os quadros do MP estadual, na condição de Procuradores de Justiça, com atuação junto ao Tribunal de Justiça estadual.
- É compatível com a disciplina da matéria na Constituição da República o constante APENAS em
- (A) I e II.
 - (B) III.
 - (C) I.
 - (D) II.
 - (E) II e III.



6. Referente a análise da constitucionalidade de leis e atos normativos no ordenamento brasileiro, considere:

- I. Aos Tribunais de Contas é dado concluir pela irregularidade de uma determinada licitação e da contratação dela decorrente, em função de considerar inconstitucional a lei com base na qual foram os atos em questão praticados.
- II. Os órgãos fracionários de Tribunais de Justiça poderão afastar a incidência de lei, no todo ou em parte, independentemente de decisão do Plenário ou órgão especial, desde que não declarem sua inconstitucionalidade.
- III. Ao Congresso Nacional compete suspender, no todo ou em parte, a execução de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal.
- IV. Lei federal anterior à Constituição vigente e que com esta seja materialmente incompatível não poderá ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade, mas sim de arguição de descumprimento de preceito fundamental, de competência originária do Supremo Tribunal Federal, cuja decisão produzirá eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Público.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e IV.
- (B) II, III e IV.
- (C) I, II e III.
- (D) I e III.
- (E) II e IV.

7. Proposta de Emenda à Constituição – PEC subscrita por 27 Senadores, visando à inclusão dos direitos à acessibilidade e mobilidade entre os direitos individuais e coletivos,

- (A) deverá ser apresentada à Câmara dos Deputados, Casa legislativa em que inicia a tramitação de proposições dessa natureza.
- (B) não poderá ser objeto de deliberação, por versar sobre matéria em relação à qual é vedada a atuação do poder de reforma constitucional.
- (C) deverá ser arquivada, por versar sobre matéria de iniciativa privativa do Presidente da República, matéria esta que não poderá ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.
- (D) será considerada aprovada se obtiver, em dois turnos, em cada Casa do Congresso Nacional, três quintos dos votos dos respectivos membros.
- (E) deverá ser arquivada, por vício de iniciativa, pois não foi observado o número mínimo de assinaturas necessárias a essa espécie de proposição.

Direito Administrativo

8. O Município de Itumbiara, por intermédio de sua Secretaria da Saúde, precisa adquirir um lote de vacinas que será utilizado na campanha de prevenção da gripe "A". Para tanto, a Secretaria está autorizada a

- (A) celebrar contrato em nome do Município de Itumbiara, ao qual referido órgão público se vincula.
- (B) celebrar contrato em nome do Secretário, autoridade máxima do referido órgão público, não havendo necessidade de participação do Município, porque o órgão dispõe de personalidade judiciária, a despeito de não possuir personalidade jurídica própria.
- (C) celebrar contrato em nome próprio, porque o ordenamento jurídico confere ao referido órgão autonomia em relação ao Município.
- (D) adquirir o medicamento sem a formalização de contrato, de forma verbal, em nome do Secretário, porquanto a exigência de formalização de ajuste por contrato escrito só se aplica às pessoas jurídicas.
- (E) celebrar contrato em nome próprio, porque o ordenamento jurídico confere a referido ente público personalidade jurídica própria, a despeito de não conferir autonomia em relação ao Município ao qual pertence.

9. É certo que a Administração se manifesta por meio de atos administrativos. No que concerne ao desfazimento dos atos administrativos e seus efeitos, é correto afirmar que:

- (A) Em razão do princípio da inafastabilidade da jurisdição, o Poder Judiciário pode anular os atos administrativos ilegais e revogar, a qualquer tempo, os atos administrativos inoportunos, operando, nesse último caso, automático retorno da situação jurídica ao *status quo ante*.
- (B) A Administração pode revogar os atos administrativos por razão de conveniência e oportunidade e anular os atos eivados de vício de legalidade, no entanto, no primeiro caso, deve recorrer ao judiciário, porque não incide, na espécie, a autotutela.
- (C) Pode ocorrer por atuação da própria Administração, na hipótese de estar presente vício de legalidade, não sendo possível à Administração, no entanto, desfazer seus próprios atos por motivos de conveniência e oportunidade, em razão do princípio da segurança jurídica.
- (D) Pode ocorrer por atuação da própria administração, a qualquer tempo, por motivo de legalidade, independentemente de terem, os atos, produzido efeitos favoráveis aos destinatários, sendo que a invalidação, nesse caso, produzirá efeitos *ex tunc*.
- (E) Quando presente vício de legalidade, a Administração tem o dever de anular o ato administrativo, dever este que encontra limite, sempre que, nos termos da lei, tenha transcorrido prazo razoável e dos atos decorram efeitos favoráveis para destinatários de boa-fé.



10. Para implementação de projetos de infraestrutura o Município pode lançar mão de parcerias com a iniciativa privada. O ordenamento jurídico pátrio estabelece diversos instrumentos para tanto, dentre eles, os contratos de concessão disciplinados pela Lei nº 8.987/1995 e os denominados contratos de parceria público-privada, disciplinados pela Lei nº 11.079/2004. Quanto a estes instrumentos, é correto afirmar:
- (A) Em razão da disciplina normativa incidente nos contratos de PPP, os parceiros privados devem assumir, obrigatoriamente, o financiamento de todos os investimentos necessários à implementação da infraestrutura, que são concentrados no início da execução dos contratos.
- (B) O aporte de recursos públicos na fase de investimento do projeto, a despeito de juridicamente viável, não integra a equação econômico-financeira do ajuste, daí porque não é considerado para efeito de eventual pleito de restabelecimento da equação originária.
- (C) É possível o contrato de PPP prever aporte de recursos públicos em favor do contratado, tanto ao longo da denominada fase de investimento como após a disponibilização do serviço em condições de fruição, desde que, no primeiro caso, se destinem à construção ou aquisição de bens reversíveis, haja previsão no edital e guarde proporcionalidade com as etapas efetivamente executadas.
- (D) Os aportes de recursos públicos em favor do parceiro privado são admissíveis, em referidos contratos, após a disponibilização da obra, na denominada fase de investimento, não se admitindo que recursos públicos, de qualquer espécie, sejam disponibilizados ao parceiro privado na fase de implementação da infraestrutura.
- (E) É legítimo que aportes de recursos públicos, de qualquer espécie, sejam integrados na remuneração do parceiro privado ao longo do desenvolvimento do contrato de PPP, em qualquer de suas fases, tendo o parceiro privado, nestes casos, dada a natureza do ajuste, ampla liberdade para decidir onde e como empregá-los.
11. Os contratos administrativos e os de direito privado se distinguem entre si, a despeito de ambos integrarem a categoria dos negócios jurídicos. Contudo, apenas os contratos administrativos
- (A) podem ser unilateralmente modificados ou rescindidos pelo Poder Público, para atendimento de um fim de interesse público, respeitado o seu equilíbrio econômico-financeiro.
- (B) são mutáveis, possibilitando a instabilização da relação jurídica, desde que tenham sido firmados por meio de procedimento licitatório, o que se denomina comutatividade.
- (C) são regidos predominantemente por normas de direito privado, em razão do princípio da autonomia da vontade.
- (D) obrigam terceiros estranhos à relação jurídica, o que se denomina força obrigatória do vínculo.
- (E) podem ser ajustados de forma verbal e por prazo indeterminado, em razão do princípio da indisponibilidade do interesse público sobre o privado.
12. Quanto ao sistema de controle incidente sobre a atuação administrativa, a Administração pública está sujeita à
- (A) controle interno e à controle externo de seus atos, este último, via de regra, efetivado pelos Poderes Legislativo e Judiciário e alicerçado nos mecanismos de controles recíprocos entre os Poderes.
- (B) controle externo de seus atos, que, via de regra, é alicerçado nos princípios hierárquico e disciplinar.
- (C) controle interno e à controle externo de seus atos, o primeiro exercido pelo Poder Judiciário, mediante provocação, e o segundo pelo Legislativo de ofício, por intermédio do Tribunal de Contas.
- (D) autotutela administrativa que é levada a efeito pela própria administração, e, também, pelos Tribunais de Contas.
- (E) controle interno e à controle externo de seus atos, o primeiro exercido pelo Poder Legislativo, por intermédio do Tribunal de Contas e o segundo pelo Poder Judiciário.
13. A Constituição Federal estabeleceu o concurso público como exigência ao ingresso na Administração pública objetivando igualar, da melhor forma possível, as oportunidades de acesso às vagas disponíveis no serviço público. A partir dessa afirmativa, é correto afirmar:
- (A) A regra do concurso público incide no acesso aos cargos de provimento efetivo, não alcançando o procedimento de contratação pela CLT levado a efeito pela Administração pública, que, neste caso, está obrigada a realizar processo de seleção simplificado.
- (B) O servidor que tenha originalmente ingressado na Administração pública por concurso público pode ser alçado a cargo de outra carreira sem que, com isso, haja ofensa ao princípio do concurso público, o que se denomina provimento por derivação.
- (C) É exceção à regra do concurso público a nomeação para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, bem como os casos de contratação por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público.
- (D) É exceção à regra da prévia aprovação em concurso público de provas e de provas e títulos o provimento de emprego público em autarquias, porquanto estas integram a Administração pública indireta, que realiza concurso baseado unicamente em títulos.
- (E) A exigência constitucional do concurso público aplica-se inclusive ao provimento de cargos em comissão, razão porque os servidores comissionados, a partir da Constituição Federal de 1988, são dotados de estabilidade.



Controle Externo

14. Diante de decisão de Tribunal de Contas estadual que imponha penalidade de multa a responsáveis pelo uso irregular de bens pertencentes a autarquia integrante de administração indireta estadual,

- (A) nem o Estado, nem a autarquia estarão habilitados a promover a respectiva execução judicial.
- (B) os Procuradores da Fazenda junto ao Tribunal estarão legitimados a promover a respectiva execução judicial.
- (C) tanto o Estado quanto a autarquia estarão habilitados a promover a respectiva execução judicial.
- (D) o Estado estará habilitado a promover a respectiva execução judicial, desde que legitimado a tanto pela lei orgânica ou pelo Regimento Interno do Tribunal de Contas.
- (E) a autarquia estará habilitada a promover a respectiva execução judicial, independentemente de previsão nesse sentido na lei orgânica ou Regimento Interno do Tribunal de Contas.

15. Suponha que determinada Constituição estadual contemplasse as seguintes disposições relativas a estatuto dos Conselheiros e competências do Tribunal de Contas do Estado – TCE:

- I. Os órgãos e entes da Administração sob sua jurisdição devem, obrigatoriamente, submeter licitações e contratos acima de determinado valor ao exame prévio do TCE.
- II. As decisões fazendárias de última instância contrárias ao erário submetem-se à apreciação pelo TCE, em grau de recurso.
- III. Aos Conselheiros do TCE é vedado exercer outro cargo ou função pública, exceto uma de magistério, assim como é proibido dedicar-se a qualquer atividade político-partidária.
- IV. Os Conselheiros do TCE somente podem perder o cargo por decisão judicial transitada em julgado ou pelo voto de dois terços dos membros da Assembleia Legislativa.

É INCOMPATÍVEL com a disciplina da matéria na Constituição da Federal o constante APENAS em

- (A) II, III e IV.
- (B) I e IV.
- (C) I, II e IV.
- (D) I e III.
- (E) II e III.

16. A fiscalização da aplicação de recursos públicos federais em Estados e Municípios pela Controladoria-Geral da União, responsável pelo controle interno da Administração pública federal, é situação

- (A) incompatível com o sistema de controle interno da Administração, embora não represente ofensa às atribuições constitucionais dos órgãos responsáveis pelo controle externo dos demais entes da federação.
- (B) compatível com os sistemas de controle interno e externo da Administração, nas diferentes esferas da federação, desde que seus resultados sejam submetidos à aprovação dos Tribunais de Contas à cuja jurisdição respondam os entes fiscalizados.
- (C) incompatível com o sistema de controle interno da Administração, ademais de representar ofensa às atribuições constitucionais dos órgãos responsáveis pelo controle externo dos demais entes da federação.
- (D) compatível com o sistema de controle interno da Administração, ademais de não representar ofensa às atribuições constitucionais dos órgãos responsáveis pelo controle externo dos demais entes da federação.
- (E) compatível com o sistema de controle interno da Administração, embora represente ofensa às atribuições constitucionais dos órgãos responsáveis pelo controle externo dos demais entes da federação.

17. A Lei Orgânica de determinado Município estabelece que as contas anuais do Prefeito

- I. deverão ficar, durante sessenta dias, à disposição de qualquer contribuinte, para exame, apreciação e, inclusive, eventual questionamento quanto à sua legitimidade.
- II. serão submetidas à apreciação do Tribunal de Contas dos Municípios – TCM, que a seu respeito emitirá parecer prévio.
- III. serão julgadas pela Câmara Municipal, com base no parecer prévio emitido pelo TCM, considerando-se este aprovado se obtiver o voto de dois terços dos membros da Casa legislativa.
- IV. serão consideradas regulares, se a seu respeito não se pronunciar o órgão julgador no prazo de sessenta dias contados do recebimento do parecer prévio, desde que devidamente esgotado o prazo para exame pelos contribuintes.

Nesse contexto, afronta a disciplina constitucional da matéria o quanto previsto em relação

- (A) ao prazo de disponibilização das contas para exame pelos contribuintes, bem como quanto à submissão das contas ao TCM, para emissão de parecer prévio, e não julgamento.
- (B) ao julgamento das contas pela Câmara Municipal, tão somente no que se refere ao quórum exigido para aprovação do parecer prévio do TCM.
- (C) ao julgamento das contas pela Câmara Municipal, tanto no que se refere ao quórum exigido para aprovação do parecer prévio do TCM, quanto em relação à possibilidade de aprovação por decurso de prazo.
- (D) ao prazo de disponibilização das contas para exame pelos contribuintes, bem como quanto ao julgamento das contas pela Câmara Municipal, no que se refere à possibilidade de aprovação por decurso de prazo.
- (E) à possibilidade de questionamento da legitimidade das contas por qualquer contribuinte.



18. Para fins de apuração da aplicação dos recursos mínimos estabelecidos na Constituição da República e na legislação complementar pertinente, serão consideradas despesas com ações e serviços públicos de saúde as referentes a
- (A) vigilância em saúde, incluindo a epidemiológica e a sanitária e saneamento básico dos distritos sanitários especiais indígenas e de comunidades remanescentes de quilombos.
 - (B) merenda escolar e outros programas de alimentação, desde que executados em unidades do Sistema Único de Saúde e saneamento básico, inclusive quanto às ações financiadas e mantidas com recursos provenientes de taxas, tarifas ou preços públicos instituídos para essa finalidade.
 - (C) capacitação do pessoal de saúde do Sistema Único de Saúde e pagamento de aposentadorias e pensões dos servidores da saúde.
 - (D) manejo ambiental vinculado diretamente ao controle de vetores de doenças e obras de infraestrutura realizadas para beneficiar direta ou indiretamente a rede de saúde.
 - (E) preservação e correção do meio ambiente, ainda que realizadas pelos órgãos de meio ambiente dos entes da federação e investimento na rede física do Sistema Único de Saúde, incluindo a execução de obras de recuperação, reforma, ampliação e construção de estabelecimentos públicos de saúde.
19. Servidores responsáveis pelo controle interno de determinado órgão da Administração direta de um Município deparam-se com irregularidade na realização de despesa atrelada a contrato ainda em execução. Nessa hipótese, considerada a disciplina constitucional da matéria, os servidores em questão
- (A) deverão, sob pena de responsabilização solidária, comunicar o achado à autoridade hierárquica superior, para que esta, simultaneamente, determine a sustação da execução contratual, desencadeie a responsabilização administrativa do ordenador da despesa e comunique o Tribunal de Contas respectivo.
 - (B) não estarão obrigados a comunicar o achado aos órgãos de controle externo, pois, em se tratando de despesa vinculada a contrato cuja execução ainda pode ser sustada, há maior eficiência e agilidade, na reposição de eventual prejuízo ao erário, no âmbito do controle interno.
 - (C) deverão, sob pena de responsabilidade solidária, dar ciência da irregularidade ao Tribunal de Contas respectivo, o qual, a seu turno, confirmando-a, deverá comunicar a Câmara Municipal para que esta determine a sustação da execução contratual e solicite, de imediato, ao Poder Executivo as medidas cabíveis.
 - (D) deverão, sob pena de responsabilidade solidária, dar ciência da irregularidade ao Tribunal de Contas respectivo, o qual, a seu turno, poderá determinar desde logo a sustação da execução contratual, até que seja sanada a irregularidade.
 - (E) deverão determinar desde logo a sustação da execução contratual, até que seja sanada a irregularidade, sob pena de responsabilização solidária quando do julgamento da despesa pelo Tribunal de Contas competente.
20. As Parcerias Público-Privadas – PPP, no direito comparado, têm sua história ligada à necessidade de se contornar limitações fiscais. Nesse sentido, em alguma medida, significaram um instrumento contratual adequado a permitir investimentos em infraestrutura sem o comprometimento fiscal do Poder Público. No que concerne aos instrumentos de controle, no direito pátrio, de referida espécie contratual, é correto afirmar:
- (A) Há a obrigatoriedade de o Poder Público apresentar, ao Tribunal de Contas, demonstrativo do impacto orçamentário-financeiro nos exercícios financeiros em que vigorar o contrato de PPP.
 - (B) Por serem as PPPs projetos de longa duração, que necessariamente ultrapassam a vigência do plano plurianual, as obrigações contraídas pela Administração não precisam ser compatíveis com a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, bem como não precisam estar previstas na Lei Orçamentária Anual – LOA.
 - (C) Os instrumentos de controle fiscal dos projetos de PPPs no Brasil abarcam o controle sobre o endividamento público, mas não abarcam o controle sobre a geração de despesa.
 - (D) No Brasil a questão da responsabilidade fiscal não mereceu preocupação especial do legislador, razão porque os instrumentos de controle fiscal dos projetos de PPPs são restritos, não abrangendo o controle sobre o endividamento público, mas, tão somente, o sobre a geração de despesa.
 - (E) O princípio de finanças públicas segundo o qual a geração de novas despesas será acompanhada pelo aumento proporcional de receitas ou pela diminuição proporcional de outras despesas não se aplica aos projetos de concessão patrocinada em que mais que 70% da remuneração do parceiro privado sejam pagos pela administração pública, porque, nesse caso, haverá necessidade de autorização legislativa específica.
21. A Lei Complementar nº 101/2000, dispõe sobre normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal. Quanto ao âmbito de incidência de suas normas, são direcionadas e obrigam
- (A) à Administração direta, fundos, autarquias, fundações e empresas controladas dependentes.
 - (B) ao Poder Executivo, ao Poder Legislativo, ao Poder Judiciário, aos Tribunais de Contas dos Estados, Distrito Federal e Municípios, excluindo-se de seu âmbito de incidência o Ministério Público.
 - (C) à Administração direta, fundos, autarquias e fundações, excluindo-se as empresas estatais.
 - (D) à Administração direta, autarquias, fundações e empresas controladas, excluindo-se os fundos.
 - (E) ao Poder Executivo, ao Poder Legislativo e ao Poder Judiciário, excluindo-se de seu âmbito de incidência o Ministério Público e os Tribunais de Contas.



22. O artigo 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal institui limitações à realização de despesas públicas já trazidas pela Lei nº 4.320/1964, mas que obrigavam tão somente os Municípios. Segundo a normativa trazida pelo artigo 42 da Lei nº 101/2000

- I. no ano em que se realizarem eleições majoritárias, os administradores públicos das três esferas da federação sofrem limitações, nos dois últimos quadrimestres do respectivo ano, para realização de despesas novas de duração continuada superior ao respectivo exercício financeiro, hipótese em que devem demonstrar, além da disponibilidade orçamentária, a existência de disponibilidade de caixa para suportar a respectiva despesa.
- II. os administradores públicos federais e estaduais, no ano em que se realizarem eleições majoritárias, ficarão impedidos, nos dois últimos quadrimestres do mandato dos respectivos chefes do executivo, de contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente nele ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem suficiente disponibilidade de caixa.
- III. as despesas contraídas no primeiro quadrimestre do último ano do mandato do chefe do executivo, ainda que de duração continuada superior ao exercício financeiro, não estão abrangidas por suas disposições.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II.
- (B) III.
- (C) I.
- (D) I e II.
- (E) II e III.

23. A Lei Complementar nº 141/2012, disciplina os valores mínimos a serem aplicados anualmente nas ações e serviços públicos de saúde, bem como dispõe quanto os critérios de rateio dos recursos de transferência para saúde, as normas de fiscalização, de avaliação e de controle das respectivas despesas. Segundo suas normas, para fins de apuração dos percentuais mínimos de que cuida a Lei, considera-se despesas e ações com serviços de saúde:

- I. gastos com programas de alimentação, incluindo merenda escolar, destinados à recuperação de deficiências nutricionais detectadas em população ribeirinha, razão porque instituiu-se, no Município, programa integrado entre as áreas da saúde e da educação.
- II. pagamento dos servidores ativos e inativos do pessoal de saúde do Sistema Único de Saúde pelos Estados e Municípios.
- III. obras de infraestrutura em saneamento básico realizadas, em comunhão de esforços por Estado e Municípios integrantes de região metropolitana, para beneficiar e recuperar a saúde de população residente em área urbana onde foi detectada que a maior causa de mortalidade infantil decorre de doenças ligadas à qualidade da água.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) II e III.
- (E) I e II.

Direito Financeiro e Tributário

Siglas Utilizadas:

CTN – Código Tributário Nacional.

ICMS – Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal de Comunicações.

IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados.

IPTU – Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana.

IPVA – Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores.

IR – Imposto sobre Renda e Proventos de Qualquer Natureza.

ITBI – Imposto sobre transmissão *inter vivos*, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis.

ITCMD ou ITCD ou ICD – Imposto sobre Transmissão *causa mortis* e doação.

ITR – Imposto sobre propriedade territorial rural.

24. De acordo com as regras de repartição de receitas tributárias constantes da Constituição Federal,

- (A) pertencem aos Municípios 25% do produto da arrecadação do IPVA incidente sobre veículos automotores licenciados em seus territórios.
- (B) pertencem aos Municípios 50% do produto da arrecadação do IR incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem.
- (C) pertencem aos Municípios 50% do produto da arrecadação do ITR, relativamente aos imóveis neles situados, quando fiscalizado e cobrado pelos próprios Municípios que assim optarem, na forma da lei, desde que não implique redução do imposto ou qualquer outra forma de renúncia fiscal.
- (D) a União entregará 22,5% do produto da arrecadação do IPI ao Fundo de Participação dos Municípios e, no primeiro decêndio do mês de dezembro de cada ano, entregará mais 1% do referido produto a esse mesmo fundo.
- (E) pertencem aos Municípios 50% do produto da arrecadação do ITCMD, relativamente aos imóveis neles situados.

25. A Constituição Federal, na alínea “g” do inciso XII de seu § 2º estabelece que “*cabe à lei complementar: ... g) regular a forma como, mediante deliberação dos Estados e do Distrito Federal, isenções, incentivos e benefícios fiscais serão concedidos e revogados*”.

A concessão e revogação dos incentivos e benefícios fiscais ocorre nas reuniões do Conselho Nacional e Política Fazendária – CONFAZ – em conformidade com a disciplina estabelecida na Lei Complementar nº 24/1975. De acordo com essa lei complementar,

- (A) a concessão de benefícios dependerá sempre de decisão majoritária dos Estados representados nas reuniões do CONFAZ.
- (B) as reuniões do CONFAZ se realizarão com a presença de representantes da maioria das Unidades da Federação.
- (C) a concessão de benefícios dependerá sempre de decisão de quatro quintos dos Estados representados nas reuniões do CONFAZ.
- (D) a revogação, total ou parcial, de benefícios dependerá de aprovação de três quartos, pelo menos, dos representantes presentes nas reuniões do CONFAZ.
- (E) as reuniões do CONFAZ somente se realizarão com a presença de representantes de todas as Unidades da Federação.



26. De acordo com a Constituição Federal, os Municípios brasileiros podem (A) instituir imposto sobre a transmissão <i>causa mortis</i> de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição. (B) em caráter excepcional, mediante lei complementar e prévia autorização do Senado Federal, instituir empréstimos compulsórios, no caso de investimento público de caráter urgente e de relevante interesse social. (C) instituir imposto sobre a prestação de serviços de qualquer natureza, definidos em lei complementar, inclusive a prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, definida na Lei Complementar nº 87/1996. (D) mediante prévia autorização do Congresso Nacional, e por meio de lei complementar, instituir empréstimos compulsórios para atender a despesas extraordinárias, decorrentes de calamidade pública. (E) instituir contribuição, na forma das respectivas leis, para o custeio do serviço de iluminação pública, observados os princípios da legalidade, anterioridade, anterioridade nonagesimal (noventena) e da irretroatividade.	28. De acordo com a Constituição do Estado de Goiás, o Tribunal de Contas dos Municípios de Goiás é integrado por Conselheiros (A) sendo quatro deles escolhidos pelas Câmaras Municipais. (B) sendo quatro deles escolhidos pelo Governador do Estado, com aprovação das Câmaras Municipais. (C) em número de 8 (oito). (D) nomeados dentre brasileiros com mais de trinta e menos de sessenta e cinco anos de idade. (E) nomeados dentre brasileiros com notórios conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos e financeiros ou de Administração pública.
27. De acordo com a Constituição Federal, a competência tributária para instituir o ICMS é dos Estados federados e do Distrito Federal. Relativamente a este imposto e, considerando a disciplina estabelecida no Código Tributário Nacional, (A) o não-exercício da competência tributária pelo Estado defere-a, primeiramente, à União e, caso essa competência não seja por ela exercida, defere-a aos Municípios localizados no território do Estado que não a exerceu. (B) a competência para legislar sobre ele é tanto dos Estados como dos Municípios que se encontram nesse Estado, em razão de uma parte do produto da arrecadação desse imposto pertencer a esses Municípios. (C) a competência para instituir esse tributo poderá ser delegada aos Municípios localizados no território desse Estado. (D) a atribuição da função de arrecadar o ICMS pode ser cometida à pessoa jurídica de direito privado e isso não constitui delegação de competência. (E) os Estados não poderão delegar sua competência tributária a nenhuma outra pessoa, mas poderão delegar aos Municípios a atribuição de fiscalizá-los, não podendo essa atribuição ser revogada sem a anuência do município que recebeu essa atribuição.	29. A Constituição Federal, no inciso I do seu art. 156, estabelece: <i>“Art. 156. Compete aos Municípios instituir impostos sobre:</i> <i>I – propriedade predial e territorial urbana;”</i> De acordo com a Constituição Federal, o IPTU está sujeito aos princípios da legalidade, (A) irretroatividade, exceto no que diz respeito ao desmembramento de um município em dois ou mais municípios, anterioridade e anterioridade nonagesimal (noventena). (B) irretroatividade, anterioridade e anterioridade nonagesimal (noventena), sendo que o princípio da noventena não se aplica a fixação da base de cálculo do IPTU. (C) irretroatividade, anterioridade nonagesimal (noventena), não se aplicando o princípio da anterioridade ao exercício em que houver desdobramento de um município em dois ou mais municípios. (D) exceto no que diz respeito à fixação de sua base de cálculo, que pode ser estabelecida por decreto, irretroatividade, anterioridade, mas não está sujeito ao princípio da anterioridade nonagesimal (noventena). (E) exceto no que diz respeito à variação de sua alíquota, que pode ser aumentada por decreto, irretroatividade, anterioridade e anterioridade nonagesimal (noventena). 30. De acordo com o Código Tributário Nacional, são causas de extinção, de suspensão de exigibilidade e de exclusão do crédito tributário, respectivamente, nessa ordem, (A) a moratória; a concessão de medida liminar ou de tutela antecipada, em outras espécies de ação judicial; a isenção. (B) a isenção; a prescrição; a concessão de medida liminar em mandado de segurança. (C) a decisão administrativa irreformável, assim entendida a definitiva na órbita administrativa, que não mais possa ser objeto de ação anulatória; o depósito do seu montante integral; a anistia. (D) o parcelamento; a consignação em pagamento, nos termos do disposto no § 2º do artigo 164 do CTN; a moratória. (E) a anistia; as reclamações e os recursos, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo; a decisão judicial passada em julgado.



31. De acordo com a Lei Estadual nº 15.958, de 18 de janeiro de 2007, o Tribunal de Contas dos Municípios de Goiás tem jurisdição

- (A) sobre aqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte dano ao erário municipal, excetuados os casos que resultem concomitantemente em dano ao erário estadual, hipótese em que a jurisdição será unicamente do Tribunal de Contas do Estado.
- (B) sobre os responsáveis pela aplicação de qualquer recurso repassado pelo Município, mediante convênio, acordo, termo de parceria, ajuste ou outros instrumentos congêneres.
- (C) própria e privativa sobre as pessoas e matérias sujeitas à sua competência, em todos os Municípios do Estado de Goiás, exceto no município de Goiânia, cuja jurisdição é do Tribunal de Contas do Estado.
- (D) subsidiária em relação à jurisdição do Tribunal de Contas do Estado, no caso de desmembramento de um Município em dois ou mais Municípios, relativamente ao exercício em que ocorrer o desmembramento.
- (E) concorrente com a do Tribunal de Contas do Estado, no caso de incorporação de um Município por outro, ou de fusão de dois Municípios em um terceiro, relativamente ao exercício em que ocorrer a incorporação ou a fusão.

32. A exclusão ou alteração de programas constantes da Lei Estadual nº 17.543/2012 (Plano Plurianual do Estado de Goiás), ou a inclusão de novos programas, será proposta pelo

- (A) Poder Legislativo, sendo que o projeto de inclusão de programas conterà, dentre outros requisitos, a demonstração da compatibilidade com as diretrizes definidas no Plano Plurianual.
- (B) Poder Executivo, sendo que o projeto de inclusão de programas conterà, dentre outros requisitos, a indicação, ainda que parcial, dos recursos que financiarão o programa no período de vigência do Plano Plurianual.
- (C) Poder Executivo, por meio de projeto de lei de revisão global ou mediante leis específicas, observadas as codificações de programas e ações do plano instituído pela referida Lei.
- (D) Poder Executivo, por meio de projeto de lei complementar de revisão parcial ou mediante leis ordinárias específicas, observadas as codificações de programas e ações do plano instituído pela referida Lei.
- (E) Poder Legislativo, por meio de Emenda à Constituição Estadual ou mediante leis complementares específicas, observadas as codificações de programas e ações do plano instituído pela referida Lei.

33. No que diz respeito à prestação de contas dos gestores municipais, disciplinada na Lei nº 15.958/2007, essas contas serão consideradas

- (A) irregulares sujeitas a regularização, quando comprovado desfalque, desvio de dinheiro, bens ou valores públicos de pequena monta, justificadamente.
- (B) regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedades ou qualquer outra falta de natureza formal, ou ainda a prática de ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico que não seja de natureza grave e que não represente injustificado dano ao erário.
- (C) irregulares sujeitas a regularização, quando comprovado justificado dano ao erário, decorrente de ato ilegítimo ou antieconômico de pequena monta.
- (D) regulares com ressalva, quando comprovada infração a ato regulamentar, em especial, de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial.
- (E) regulares com ressalva, quando comprovado injustificado dano ao erário, decorrente de ato ilegítimo ou antieconômico de média monta.

Direito Civil

34. Os direitos da personalidade,

- (A) por serem personalíssimos, em nenhum caso haverá a transmissão por herança de seus efeitos patrimoniais.
- (B) quando lesados, são passíveis de perdas e danos somente por parte do ofendido, em caso de morte não se transmitindo essa legitimidade a nenhum herdeiro.
- (C) como regra, são suscetíveis de expropriação, podendo ser penhorados e adquiridos pela usucapião.
- (D) são intransmissíveis e irrenunciáveis, bem como em regra ilimitados por ato voluntário.
- (E) são sempre inatos, isto é, inerentes à natureza humana e nascidos com seu titular, não podendo sofrer limitação quanto a seu exercício.

35. Em relação à lei, é correto afirmar:

- (A) Como regra geral, a lei revogada restaura-se por ter a lei revogadora perdido a vigência.
- (B) Como regra geral, a lei começa a vigorar em todo o país imediatamente após sua publicação oficial.
- (C) As correções a texto de lei já em vigor consideram-se lei nova.
- (D) O desconhecimento da lei é justificativa legítima para seu descumprimento.
- (E) Quando a lei brasileira for admitida no exterior, sua vigência inicia-se seis meses depois de oficialmente publicada.



36. No tocante ao negócio jurídico nulo e anulável, é correto afirmar que

- (A) é de quatro anos o prazo de prescrição para pleitear-se a anulação, no caso de coação contado do dia em que ela cessar, ou da prática do ato nos casos de erro, dolo e fraude contra credores.
- (B) é anulável o negócio jurídico simulado, mas válido o que se dissimulou se regular for na substância e na forma.
- (C) é nulo o ato praticado em estado de perigo ou lesão.
- (D) a anulabilidade não tem efeito antes de julgada por sentença, nem se pronuncia de ofício; só os interessados a podem alegar, aproveitando exclusivamente aos que a alegarem, salvo o caso de solidariedade ou indivisibilidade.
- (E) quando a anulabilidade do ato resultar da falta de autorização de terceiro, não haverá sua validação em nenhum caso.

37. João José, indivíduo excepcional, sem desenvolvimento mental completo, celebra com terceiro maior e capaz contrato de venda de imóvel, sem ter tido qualquer pessoa a assisti-lo. Em princípio, esse negócio jurídico será

- (A) inexistente, em face do desenvolvimento mental incompleto de João José.
- (B) válido, se João José não houver sido interditado, ou nulo, se a interdição já houver ocorrido, pois precisaria então de um curador.
- (C) ineficaz, porque seus atos não podem gerar nenhum efeito sem que tenha sido representado juridicamente.
- (D) nulo, pois João José é absolutamente incapaz.
- (E) anulável, pois João José é relativamente incapaz.

38. Em relação aos bens, considere as afirmativas:

- I. São bens imóveis o solo e tudo quanto se lhe incorporar natural ou artificialmente.
- II. Consideram-se bens imóveis, para os efeitos legais, o direito à sucessão aberta, bem como os direitos reais sobre imóveis e as ações que os asseguram.
- III. Consideram-se bens móveis, para os efeitos legais, as energias que tenham valor econômico, os direitos reais sobre objetos móveis e as ações correspondentes, bem como os direitos pessoais de caráter patrimonial e respectivas ações.

Está correto o que se afirma em

- (A) I e III, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) I, II e III.

Direito Processual Civil

39. Considere as seguintes afirmações:

- I. Considera-se litisconsorte da parte principal o assistente, toda vez que a sentença houver de influir na relação jurídica entre ele e o adversário do assistido.
- II. A assistência não obsta a que a parte principal reconheça a procedência do pedido, desista da ação ou transija sobre direitos controvertidos; casos em que, terminando o processo, cessa a intervenção do assistente.
- III. Transitada em julgado a sentença, na causa em que interveio o assistente, este não poderá depois, em processo posterior, em nenhuma hipótese discutir a justiça da decisão na qual se formou a coisa julgada, dada sua imutabilidade e a natureza da intervenção assistencial.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I.
- (C) III.
- (D) I e III.
- (E) II e III.

40. Quanto à competência, é correto afirmar:

- (A) As mudanças de domicílio do réu, depois de ajuizada a demanda, não alteram a competência, já estabilizada com a propositura da ação.
- (B) Sendo incerto ou desconhecido o domicílio do réu, ele será demandado no foro de seu último domicílio.
- (C) A ação fundada em direito pessoal e a ação fundada em direito real sobre bens móveis serão propostas, em regra, no foro do domicílio do autor.
- (D) A competência é determinada no momento em que a ação é proposta; são, porém, relevantes, como regra geral, as modificações do estado de fato ou de direito ocorridas posteriormente.
- (E) A ação intentada perante tribunal estrangeiro induz litispendência, obstando a que a autoridade judiciária brasileira conheça da mesma causa e das que lhe são conexas.

41. Quanto ao ato processual de citação,

- (A) deverá o ato ser realizado sempre pessoalmente ao réu, ou, se ausente, por edital ou hora certa.
- (B) o advogado pode receber a ordem de citação inicial, independentemente de poderes expressos para tanto, decorrendo a possibilidade jurídica da natureza da atividade advocatícia.
- (C) é nula a citação se o réu, à época do ato, já era incapaz para os atos da vida civil, vindo a ser interditado posteriormente.
- (D) não se fará a citação, em nenhuma hipótese, aos doentes, enquanto grave o seu estado.
- (E) para que se proceda à nomeação de curador para receber a citação em nome do réu enfermo mental ou que se encontre impossibilitado para recebê-la, é suficiente a constatação dessa circunstância pelo Oficial de Justiça, sendo desnecessária a nomeação de perito para elaboração de laudo médico.

42. Como regra geral, o juiz que colheu prova oral em audiência fica vinculado ao julgamento do processo. Esta norma refere-se ao princípio da

- (A) persuasão racional.
- (B) adstrição ou congruência.
- (C) isonomia processual.
- (D) concentração dos atos processuais.
- (E) identidade física do juiz.



43. Quanto à intervenção de terceiros, está INCORRETO afirmar que

- (A) na nomeação à autoria, ocorre a substituição do réu originário, demandado equivocadamente, pelo verdadeiro legitimado, corrigindo-se com isso o polo passivo na ação.
- (B) as hipóteses de denunciação da lide são associadas ao direito de regresso, permitindo que o titular desse direito já o exerça nos mesmos autos em que pode ser condenado, o que favorece a economia processual.
- (C) o chamamento ao processo se dá com a pretensão do réu, fiador ou devedor solidário, originariamente demandado, de trazer para o polo passivo, em litisconsórcio com ele, o devedor principal ou os demais devedores solidários.
- (D) na oposição, o terceiro buscará demonstrar ao juízo que o bem ou vantagem em litígio não devem ser atribuídos nem ao autor nem ao réu da ação originária e sim a ele, oponente, por ser o verdadeiro titular desse bem ou vantagem.
- (E) a denunciação da lide pelo réu cabe quando é ele parte ilegítima, trazendo aos autos o terceiro, litisdenunciado, como verdadeiramente legitimado.

Direito Penal

44. A respeito do dolo e da culpa, é correto afirmar que

- (A) na culpa consciente o agente prevê o resultado e admite a sua ocorrência como consequência provável da sua conduta.
- (B) no dolo eventual o agente prevê a ocorrência do resultado, mas espera sinceramente que ele não aconteça.
- (C) a imprudência é a ausência de precaução, a falta de adoção das cautelas exigíveis por parte do agente.
- (D) a imperícia é a prática de conduta arriscada ou perigosa, aferida pelo comportamento do homem médio.
- (E) é previsível o fato cujo possível superveniência não escapa à perspicácia comum.

45. No tipo do crime descrito no art. 319 do Código Penal "*Retardar, ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal*", a expressão "*para satisfazer interesse ou sentimento pessoal*" constitui

- (A) elemento normativo do tipo.
- (B) elemento subjetivo do tipo.
- (C) circunstância qualificadora.
- (D) elemento objetivo do tipo.
- (E) elemento descritivo do tipo.

46. José ofereceu R\$ 1.000,00 para João, Oficial de Justiça, deixar de citá-lo numa ação cível. João aceitou a oferta, mas José deixou de honrá-la. Nesse caso, José responderá por corrupção ativa

- (A) consumada e João por corrupção ativa tentada.
- (B) tentada e João por prevaricação.
- (C) tentada e João por corrupção ativa consumada.
- (D) consumada e João por corrupção passiva consumada.
- (E) tentada e João por corrupção ativa tentada.

47. O crime de

- (A) impedimento, perturbação ou fraude de concorrência pública não prevê punição para quem se abstém de concorrer ou licitar em razão de vantagem oferecida.
- (B) peculato mediante erro de outrem não admite tentativa.
- (C) emprego irregular de verbas ou rendas públicas caracteriza-se independentemente da ocorrência de dano para a Administração pública.
- (D) excesso de exação configura-se, na forma culposa, quando o agente exige tributo que deveria saber indevido.
- (E) extravio de livro oficial de que tem a guarda em razão do cargo exige, na forma culposa, a ocorrência de dano para a Administração pública.

Direito Previdenciário

48. Com relação as atividades da GOIASPREV, considere:

- I. Conceder empréstimos de qualquer natureza.
- II. Celebrar convênios, consórcios ou ajuste de qualquer natureza com outros Estados ou Municípios, cujo objetivo seja o pagamento de benefícios.
- III. Aplicar recursos em títulos públicos do Governo Federal.
- IV. Prestar fiança ou aval.

De acordo com a Lei Complementar Estadual nº 66/99, são VEDADAS à GOIASPREV as atividades indicadas em

- (A) II, III e IV, apenas.
- (B) I, II e IV, apenas.
- (C) I e IV, apenas.
- (D) I, II e III, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

49. Segundo dados do IBGE (www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=go), o Estado de Goiás possuía população estimada, no ano de 2014, em 6.523.222 habitantes. Como o Salário-Família possui grande relevância dentre a população brasileira, de acordo com a Lei nº 8.213/91, considere:

- I. O segurado trabalhador doméstico faz jus ao salário-família, em razão da qualidade de segurado existente.
- II. Quando o pagamento do salário do segurado não for mensal, o salário-família será pago a cada trinta dias, independentemente de quando ocorrer o último pagamento relativo ao mês.
- III. O salário-família devido ao trabalhador avulso poderá ser recebido pelo sindicato de classe respectivo, que se incumbirá de elaborar as folhas correspondentes e de distribuí-lo.
- IV. A cota do salário-família não será incorporada, para qualquer efeito, ao salário ou ao benefício.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II, III e IV.
- (B) II e IV.
- (C) I e III.
- (D) III e IV.
- (E) I, II e III.



50. De acordo com a Lei nº 9.717/1998, que dispõe sobre regras gerais para a organização e o funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos militares dos Estados e do Distrito Federal, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios (A) publicação, até 15 dias após o encerramento de cada semestre, demonstrativo financeiro e orçamentário da receita e despesa previdenciárias acumuladas no exercício financeiro em curso. (B) publicação, até 30 dias após o encerramento de cada bimestre, demonstrativo financeiro e orçamentário da receita e despesa previdenciárias acumuladas no exercício financeiro em curso. (C) publicação, até 15 dias após o encerramento de cada trimestre, demonstrativo financeiro e orçamentário da receita e despesa previdenciárias acumuladas no exercício financeiro em curso. (D) não possuem obrigatoriedade de publicação, durante o ano, de demonstrativo financeiro e orçamentário da receita e despesa previdenciárias acumuladas no exercício financeiro em curso, devendo publicar apenas no mês de dezembro. (E) publicação, até 30 dias após o encerramento de cada semestre, demonstrativo financeiro e orçamentário da receita e despesa previdenciárias acumuladas no exercício financeiro em curso.	Legislação Estadual 52. A respeito da estrutura do Gabinete de Conselheiro, de acordo com a Lei nº 13.251/1998, considere: I. Compõem a estrutura do Gabinete do Conselheiro, a Chefia de Gabinete, a Assessoria Técnica de Gabinete, a Assistência Técnica de Gabinete e o Apoio Administrativo do Gabinete. II. O assessor do gabinete deverá ser portador de diploma de curso superior em áreas relacionadas com a atividade do Tribunal. III. Os assistentes técnicos do gabinete não necessitam ser portadores de diploma de curso superior em áreas relacionadas com a atividade do Tribunal. IV. O cargo de assessor do Gabinete necessita de provimento mediante concurso público de provas e títulos, não sendo de livre nomeação em razão das normas expressa aos Tribunais de Contas. Está correto o que se afirma APENAS em (A) II, III e IV. (B) I e IV. (C) I e II. (D) I e III. (E) I, II e III. 53. No tocante aos membros do Ministério Público, exercer os direitos relativos à livre associação sindical constitui (A) uma prerrogativa. (B) uma vedação regimental. (C) um dever. (D) uma vedação legal. (E) uma vedação constitucional.
51. Considere a pessoa física, I. proprietária, que explora atividade de extração mineral – garimpo, em caráter permanente, diretamente, com o auxílio de empregados, utilizados a qualquer título, ainda que de forma não contínua. II. não proprietária, que explora atividade de extração mineral – garimpo, em caráter temporário, diretamente, sem o auxílio de empregados, utilizados a qualquer título, ainda que de forma não contínua. III. proprietária, que explora atividade de extração mineral – garimpo, em caráter temporário, por intermédio de prepostos, com o auxílio de empregados, utilizados a qualquer título, ainda que de forma não contínua. IV. não proprietária, que explora atividade de extração mineral – garimpo, em caráter permanente, por intermédio de prepostos, com o auxílio de empregados, utilizados a qualquer título, exceto de forma não contínua. De acordo com a Lei nº 8.212/1991, são segurados obrigatórios da Previdência Social, como contribuintes individuais os indicados em (A) II, III e IV, apenas. (B) II e IV, apenas. (C) I e III, apenas. (D) I, II, III e IV. (E) I, II e III, apenas.	54. De acordo com a Lei Orgânica do TCM/GO é VEDADO ao Conselheiro do Tribunal (A) atuar em processo de interesse de cônjuge ou parente consanguíneo ou afim, na linha reta ou na colateral até o quarto grau. (B) dedicar-se à atividade política-partidária, exceto em cargo diretivo não fiscal e sem remuneração. (C) exercer profissão liberal, empregado particular, comércio, ou participar de sociedade comercial, inclusive como acionista ou cotista sem ingerência. (D) exercer cargo técnico ou de direção de sociedade civil, associação ou fundação, de qualquer natureza ou finalidade, salvo de associação de classe, sem remuneração. (E) exercer, exceto em disponibilidade, outro cargo ou função, salvo uma de magistério. 55. De acordo com a Lei Orgânica do TCM/GO, o Auditor Substituto de Conselheiro (A) tem o prazo de trinta dias, a partir da publicação do ato de nomeação no Diário Oficial do Estado, prorrogável por mais trinta dias, no máximo, mediante solicitação escrita, para posse e exercício no cargo. (B) terá assento permanente no Tribunal Pleno, bem como na Câmara para a qual estiver designado anualmente para atuar. (C) passará por estágio probatório pelo prazo máximo de seis meses, podendo ser prorrogado uma única vez por igual período. (D) passará por estágio probatório pelo prazo máximo de três meses, podendo ser prorrogado uma única vez por mais seis meses, mediante justificativa escrita. (E) não alcança o vitaliciamento uma vez que, é exclusivo dos Conselheiros por expressa determinação legal.



Orçamento Público

56. Os créditos suplementares e especiais podem ser financiados por
- (A) saldo orçamentário, superávit econômico do ano anterior, transposições, remanejamentos e transferências.
 - (B) superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do ano anterior, superávit constatado na Demonstração das Variações Patrimoniais, excesso de arrecadação no exercício corrente.
 - (C) Ativo Real Líquido do ano anterior, operações de crédito, recursos de anulação de créditos orçamentários.
 - (D) superávit orçamentário do exercício pretérito, recursos provenientes da anulação de outras dotações, operações de crédito.
 - (E) superávit financeiro do ano anterior, recursos decorrentes de gastos rejeitados pelo Legislativo, receitas arrecadadas em excesso no atual exercício.
57. Tendo em vista a execução do gasto público, é correto afirmar que
- (A) empenhar significa deduzir o gasto do saldo da dotação própria.
 - (B) no início do ano é vedado empenhar, pelo valor global, despesas que se estendem por todo o exercício financeiro.
 - (C) toda e qualquer despesa pública requer a emissão da nota de empenho.
 - (D) todos os empenhos devem conter valor líquido e certo.
 - (E) a liquidação é a derradeira fase da despesa pública.
58. Sob o limite de 10% da despesa fixada, a Lei Orçamentária Anual – LOA autorizou transposições, remanejamentos e transferências. Em razão disso, conclui-se que
- (A) ocorreu ofensa ao princípio da não afetação da despesa pública.
 - (B) a autorização mostra-se regular, considerando que transposições, remanejamentos e transferências nada mais são do que créditos adicionais especiais.
 - (C) houve afronta ao princípio da exclusividade orçamentária, visto que transposições, remanejamentos e transferências são mecanismos que diferem do crédito adicional suplementar.
 - (D) essa prática é nociva ao equilíbrio fiscal, visto que abre portas para o déficit de execução orçamentária.
 - (E) a permissão está regular, conquanto transposições, remanejamentos e transferências requerem, caso a caso, lei específica.
59. É correto afirmar que
- (A) em situação de guerra e comoção interna, podem ser abertos créditos suplementares sem autorização legislativa.
 - (B) contraria o princípio da não afetação o oferecimento de impostos para garantir dívidas com a União.
 - (C) transferências voluntárias da União não podem financiar despesa de pessoal do município beneficiado.
 - (D) em caso de calamidade pública, é possível realizar despesa que excede o saldo orçamentário.
 - (E) em hipótese alguma, os créditos especiais e extraordinários podem ser reabertos no ano seguinte.

60. É INCORRETO afirmar que
- (A) a receita corrente líquida desconsidera a alienação de bens móveis e imóveis.
 - (B) desde que se estenda por mais de dois anos e seja criada por lei, a despesa de capital é considerada obrigatória de caráter continuado.
 - (C) Restos a Pagar são despesas empenhadas e não pagas até 31 de dezembro, estejam elas liquidadas ou não liquidadas.
 - (D) anulada no próprio exercício financeiro, o valor da despesa reverte à dotação respectiva.
 - (E) é considerada dependente a empresa estatal que, do Tesouro Central, recebe dinheiro para adquirir máquinas e equipamentos.
61. Considerando o Plano Plurianual – PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e a Lei Orçamentária Anual – LOA, é correto afirmar que:
- (A)
 - O PPA apresenta gastos decorrentes dos novos investimentos;
 - A LDO prevê horas extras quando superado o limite prudencial da despesa com pessoal;
 - O Legislativo não entra em recesso sem antes aprovar a LOA.
 - (B)
 - O PPA sinaliza as alterações na política tributária;
 - A LDO agrega o orçamento da seguridade social;
 - A LOA deve estar compatível com o PPA e a LDO.
 - (C)
 - O PPA evidencia, para 4 anos, programas de duração continuada;
 - O Legislativo não entra em recesso sem antes aprovar a LDO;
 - O orçamento anual – LOA pode autorizar operações de crédito por antecipação da receita.
 - (D)
 - O PPA apresenta as despesas de capital para os próximos 4 anos;
 - A LDO apresenta critérios para subvencionar entidades do 3º setor;
 - A LOA evidencia as formas de limitação de empenho caso haja queda na receita prevista.
 - (E)
 - O PPA concede autorização para aumentar a remuneração dos servidores;
 - A LDO permite que o Município custeie serviços da competência da União;
 - A LOA contém o orçamento de investimento das empresas estatais.
62. Tendo em vista a despesa de pessoal, é correto afirmar que
- (A) aumentos reais de salário demandam estimativa trienal de impacto orçamentário-financeiro.
 - (B) em todos os anos do mandato, não se aplicam sanções fiscais antes dos dois quadrimestres que concede a lei para ajustar tal gasto a seu limite.
 - (C) superados 90% do limite, o poder, em regra, não pode aumentar o gasto em apreço.
 - (D) os limites são apurados apenas e tão somente por poder estatal.
 - (E) o cálculo sempre abrange onze meses do gasto em questão.

**Contabilidade Geral e Pública**

63. A Cia. Comerciante S.A. adquiriu mercadorias para serem comercializadas e pagou os seguintes valores:

Fornecedores de Mercadorias: R\$ 390.000,00
Frete para transporte até a empresa: R\$ 17.000,00
Seguro das mercadorias: R\$ 7.000,00

Nos valores pagos estavam incluídos tributos recuperáveis pela empresa no valor de R\$ 48.000,00 e tributos não recuperáveis no valor de R\$ 24.000,00.

Com base nestas informações, o valor reconhecido como estoque referente às mercadorias adquiridas foi, em reais,

- (A) 344.000,00.
(B) 366.000,00.
(C) 414.000,00.
(D) 320.000,00.
(E) 342.000,00.

64. A Cia. PAR possuía, em 31/12/2013, um ativo imobilizado para o qual as seguintes informações, após o reconhecimento da despesa de depreciação para o ano de 2013, eram conhecidas:

Custo de aquisição: R\$ 700.000,00
(-) Depreciação acumulada: R\$ 300.000,00
(=) Valor contábil do ativo: R\$ 400.000,00

Nesta mesma data (31/12/2013) a Cia. realizou o Teste de Recuperabilidade do Ativo (teste de *impairment*) e obteve as seguintes informações:

Valor em uso do ativo: R\$ 380.000,00.
Valor justo líquido das despesas de venda: R\$ 350.000,00.

Ao elaborar as Demonstrações Contábeis referentes ao ano de 2013, o valor contábil deste ativo que a Cia. PAR evidenciou em seu Balanço Patrimonial de 31/12/2013 foi, em reais,

- (A) 350.000,00.
(B) 700.000,00.
(C) 370.000,00.
(D) 400.000,00.
(E) 380.000,00.

65. A Cia. Processada S.A. possuía alguns processos judiciais em andamento, cujas informações são apresentadas a seguir:

Nº do Processo	Valor reconhecido como provisões nas demonstrações de 31/12/2013	Probabilidade de perda avaliada em 31/12/2014	Valor da perda reestimada em 31/12/2014
1	R\$ 120.000,00	Possível	R\$ 100.000,00
2	R\$ 160.000,00	Provável	R\$ 200.000,00
3	R\$ 0,00	Possível	R\$ 40.000,00
4	R\$ 0,00	Provável	R\$ 70.000,00

Com base nestas informações, o valor líquido reconhecido na Demonstração do Resultado de 2014 e o valor evidenciado no Balanço Patrimonial de 31/12/2014 da Cia. Processada S.A. foram, respectivamente, em reais,

- (A) 10.000,00 negativos e 270.000,00.
(B) 80.000,00 positivos e 370.000,00.
(C) 20.000,00 negativos e 300.000,00.
(D) 90.000,00 negativos e 370.000,00.
(E) 10.000,00 positivos e 270.000,00.



66. O Patrimônio Líquido da Cia. Rosa & Rosa, em 31/12/2013, apresentava os seguintes saldos em suas contas:

Capital Social:	R\$ 500.000,00
Reserva Legal:	R\$ 100.000,00
Reserva Estatutária:	R\$ 70.000,00
Reserva de Incentivos Fiscais:	R\$ 30.000,00

Em 2014, a Cia. Rosa & Rosa apurou um Lucro Líquido de R\$ 200.000,00 e a destinação do mesmo ocorre da seguinte forma:

- Reserva Legal: constituída nos termos da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores;
- Dividendos obrigatórios: o estatuto da Cia. estabelece que devem ser distribuídos 30% do Lucro Líquido ajustado por todas as reservas constituídas e permitidas nos termos da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores;
- O saldo remanescente é retido como Reserva para Expansão.

Sabe-se que R\$ 50.000,00 do Lucro Líquido foram decorrentes de incentivos fiscais recebidos pela Cia. Rosa & Rosa e esta, para não tributar este ganho, reteve-o na forma de Reserva de Incentivos Fiscais, utilizando a possibilidade estabelecida na Lei nº 6.404/76 referente aos dividendos obrigatórios.

Com base nestas informações, o valor que a Cia. Rosa & Rosa distribuiu como dividendos obrigatórios foi, em reais,

- (A) 42.000,00.
- (B) 50.000,00.
- (C) 60.000,00.
- (D) 57.000,00.
- (E) 45.000,00.

67. Determinada empresa obteve, em 01/12/2014, um empréstimo para financiar seu capital de giro. O valor do empréstimo obtido foi de R\$ 8.000.000,00 para pagamento integral (principal e juros) em 01/12/2015 e a taxa de juros compostos contratada foi 12% ao ano. Os custos de transação incorridos e pagos para a obtenção deste empréstimo foram R\$ 160.000,00. Sabendo-se que este empréstimo é mensurado pelo custo amortizado, o valor reconhecido no Balanço Patrimonial, em 01/12/2014, foi, em reais,

- (A) 8.000.000,00 no passivo e 160.000,00 no resultado do período.
- (B) 7.840.000,00, no passivo.
- (C) 8.000.000,00 no ativo.
- (D) 8.000.000,00 no passivo.
- (E) 8.160.000,00 no ativo.

68. Uma empresa adquiriu por R\$ 460.000,00, em 31/12/2012, uma máquina para ser usada no processo produtivo, efetuando o pagamento à vista. Na data de aquisição, a empresa estimou a sua vida útil econômica em 7 anos e o seu valor residual em R\$ 40.000,00. A empresa adota o método das quotas constantes para o cálculo da despesa de depreciação e vendeu esta máquina, em 31/12/2014, por R\$ 250.000,00 à vista. Com base nestas informações, o resultado obtido com a venda desta máquina apresentado na Demonstração do Resultado do Exercício de 2014 foi, em reais,

- (A) 90.000,00 negativos.
- (B) 250.000,00 positivos.
- (C) 210.000,00 negativos.
- (D) 110.000,00 negativos.
- (E) 50.000,00 negativos.



Atenção: Utilize as informações a seguir para responder as questões de números 69 e 70.

A Comércio Natalino S.A. apresentou, em 31/12/2013, as seguintes demonstrações contábeis:

Balço Patrimonial (em reais)

Ativo	31/12/12	31/12/13	Passivo	31/12/12	31/12/13
Ativo Circulante	230.000	655.000	Passivo Circulante	120.000	225.000
Disponível	90.000	400.000	Fornecedores	120.000	165.000
Duplicatas a Receber	110.000	185.000	IR/CSLL a pagar	–	60.000
Estoques	30.000	70.000			
Ativo Não Circulante	300.000	180.000	Passivo Não Circulante	200.000	220.000
Investimento	100.000	110.000	Empréstimos	200.000	220.000
Imobilizado		–			
Imóveis	220.000	110.000	Patrimônio Líquido	210.000	390.000
(–) Depreciação Acumulada Imóveis	(20.000)	(40.000)	Capital Social	210.000	210.000
			Reservas de Lucros	–	180.000
Total do Ativo	530.000	835.000	Total do Passivo + PL	530.000	835.000

Demonstração do Resultado do Exercício de 2013 (em reais)

Receita Bruta de Vendas	740.000
(–) Tributos sobre Vendas	(140.000)
(=) Receita Líquida de Vendas	600.000
(–) Custo das Mercadorias Vendidas	(250.000)
(=) Resultado Bruto	350.000
(–) Despesas Operacionais	
Despesas Gerais e Administrativas	(120.000)
Despesa de Depreciação	(30.000)
(+/-) Outras Receitas Operacionais	
Resultado de Equivalência Patrimonial	10.000
Resultado na Venda de Imóveis	50.000
(+/-) Resultado Financeiro	
Despesa Financeira	(20.000)
(=) Resultado Antes do IR e CSLL	240.000
(–) Despesa com IR e CSLL	(60.000)
(=) Lucro Líquido	180.000

69. O valor que a Comércio Natalino S.A. recebeu de clientes em 2013 foi, em reais,

- (A) 850.000,00.
- (B) 665.000,00.
- (C) 525.000,00.
- (D) 740.000,00.
- (E) 600.000,00.

70. Sabendo que a venda dos imóveis foi realizada à vista e que as despesas financeiras não foram pagas no período, o fluxo de caixa gerado pelas Atividades Operacionais da Comércio Natalino S.A. foi, em reais,

- (A) 210.000,00.
- (B) 310.000,00.
- (C) 160.000,00.
- (D) 170.000,00.
- (E) 230.000,00.

71. O valor original de um ativo deduzido do seu valor residual denomina-se valor

- (A) depreciável, amortizável ou exaurido.
- (B) realizável Líquido.
- (C) realizável.
- (D) líquido Contábil.
- (E) contábil Original Líquido.



72. A constatação de valor monetário para itens do ativo e do passivo decorrente da aplicação de procedimentos técnicos suportados em análises qualitativas e quantitativas é definida como
- (A) reavaliação.
 - (B) revalorização.
 - (C) mensuração.
 - (D) atualização Monetária.
 - (E) avaliação Patrimonial.

Atenção: Considere as contas contábeis do Sistema Orçamentário do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP, para responder as questões de números 73 e 74.

73. Registro contábil para inscrição de Restos a Pagar Processado:

- (A) 5.3.1.7.0.00.00 e 6.3.1.1.1.00.00.
- (B) 5.3.8.0.0.00.00 e 6.3.8.0.0.00.00.
- (C) 5.3.2.7.0.00.00 e 6.3.2.7.0.00.00.
- (D) 5.3.1.7.0.00.00 e 6.3.1.7.0.00.00.
- (E) 5.3.2.7.0.00.00 e 6.3.2.1.1.00.00.

74. Registro contábil para Pagamento da Despesa Orçamentária:

- (A) 5.2.2.2.1.00.00 e 6.2.2.2.1.00.00.
- (B) 6.2.2.1.3.03.00 e 6.2.2.1.3.04.00.
- (C) 7.2.1.0.0.00.00 e 8.2.1.0.0.00.00.
- (D) 2.1.1.0.0.00.00 e 1.1.1.0.0.00.00.
- (E) 5.1.2.1.1.00.00 e 6.2.2.1.3.04.00.

75. De acordo com a Estrutura definida para o Balanço Patrimonial no MCASP, a classificação dos elementos patrimoniais considera a segregação em

- I. “circulante” e “não circulante”, com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade.
- II. “circulante” e “não circulante”, com base na sua dependência ou não da execução orçamentária.
- III. “Financeiro” e “Permanente”, com base na sua dependência ou não da execução orçamentária.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II e III.
- (B) I e II.
- (C) III.
- (D) II.
- (E) I.

76. Os valores registrados na etapa em liquidação referem-se a despesa

- (A) liquidada cujo fato gerador não ocorreu.
- (B) empenhada para qual já ocorreu o fato gerador.
- (C) paga para qual já ocorreu o fato gerador.
- (D) empenhada para qual não ocorreu o fato gerador.
- (E) liquidada cujo fato gerador já ocorreu.

77. O procedimento contábil para elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa, que evidencia as principais classes de recebimentos e pagamentos a partir de ajustes ao resultado patrimonial é o método

- (A) ajustado.
- (B) indireto.
- (C) isolado.
- (D) simplificado.
- (E) direto.

**Normas de Auditoria Governamental**

78. Segundo as NBC TA, na condução de auditorias, a atividade de assegurar que as operações de uma entidade sejam conduzidas em conformidade com as disposições legais, inclusive referentes aos valores e as suas divulgações reportadas nas demonstrações contábeis de uma entidade, relacionadas a objetivos, estratégias e risco do negócio, principalmente quando a entidade não possuir a equipe ou o conhecimento especializado para lidar com as mudanças no setor de atividade ou aumento de passivos relacionados aos produtos e serviços, relativos e externalidades negativas, é de responsabilidade da

- (A) administração, sob a supervisão dos responsáveis pela governança.
- (B) auditoria interna da Controladoria Geral da União.
- (C) auditoria interna da Controladoria Geral do Estado.
- (D) auditoria governamental de programas.
- (E) auditoria independente das demonstrações contábeis.

79. Segundo as Normas de Auditoria Governamental (NAG) aplicáveis ao controle externo, o envolvimento dos profissionais de auditoria governamental mais experientes no direcionamento dos trabalhos, na motivação da equipe, no fornecimento das instruções adequadas aos profissionais menos experientes, de forma que o processo de avaliação seja contínuo, que os problemas sejam detectados e analisados com antecedência, e a comunicação seja imediata, assegurando que os exames foram realizados em conformidade com as NAG, corresponde à etapa designada como

- (A) Supervisão e Revisão.
- (B) Execução.
- (C) Planejamento.
- (D) Comunicação dos Resultados e Relatório.
- (E) Controle de Qualidade.

80. Segundo a Constituição Federal, art. 71, realizar inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades administrativas dos Poderes Legislativo, Executivo, Judiciário e demais entidades, assim como o julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da Administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público federal, e as daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público está a cargo

- (A) do Tribunal de Contas dos Municípios.
- (B) da Controladoria Geral da União.
- (C) da Controladoria Geral do Estado.
- (D) da Contabilidade Pública.
- (E) do Congresso Nacional.

81. Cabe ao Auditor independente julgar e avaliar a necessidade de contratação do trabalho de pessoa ou organização em área de especialização, que não contabilidade ou auditoria, quando esse trabalho é utilizado para ajudar o Auditor a obter evidência de auditoria suficiente e apropriada, bem como a utilização do trabalho de auditores internos do auditado. Contudo, o Auditor independente é o único responsável por expressar opinião de auditoria e a responsabilidade não é reduzida pela contratação de especialistas, sendo que a referência ao especialista do Auditor será feita no relatório de auditoria se houver

- (A) abstenção de opinião.
- (B) opinião modificada devido a evidência do especialista do auditor.
- (C) opinião não modificada.
- (D) negativa de opinião.
- (E) algum regulamento requerendo a referência do especialista da administração.

82. O relacionamento entre a administração do cliente auditado e os membros da equipe de auditoria deve ser caracterizado por completa transparência e divulgação integral sobre todos os aspectos operacionais do cliente auditado. Quando a auditoria independente e a administração do cliente são colocadas em posições contrárias, por litígio real ou ameaça de litígio, que afeta a disposição do cliente em fazer divulgações completas, são criadas ameaças à independência. A importância das ameaças criadas depende da materialidade do litígio ou se o litígio refere-se a um trabalho de auditoria anterior. Este tipo de ameaça à independência do auditor é denominada nas NBC TA como ameaça de

- (A) defesa de interesse do cliente.
- (B) autor-revisão e familiaridade.
- (C) autor-revisão e intimidação.
- (D) interesse próprio e intimidação.
- (E) familiaridade e defesa de interesse.

83. Com relação à responsabilidade do Auditor relativamente à fraude, é correto afirmar que:

- (A) O Auditor é responsável por obter segurança de que as Demonstrações Contábeis como um todo não contém distorções relevantes, causadas por fraude ou erro.
- (B) O Auditor responde apenas sobre os serviços explicitamente contratados.
- (C) Embora haja limitações inerentes na auditoria, o Auditor é responsável pela prevenção e detecção de fraude.
- (D) A principal responsabilidade do Auditor é emitir uma opinião limpa sobre as demonstrações contábeis.
- (E) O Auditor é responsável apenas pelo exame da documentação que lhe for fornecida.



84. Os procedimentos de auditoria interna incluem testes de observância, que visam a avaliação da capacidade e efetividade dos controles internos, e dos quais fazem parte

- (A) confirmação de saldos.
- (B) inspeção.
- (C) recalcule.
- (D) testes de detalhes.
- (E) procedimentos analíticos.

85. O Auditor deve formar sua opinião sobre se as demonstrações contábeis são elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a estrutura de relatório financeiro aplicável. O Auditor deve concluir que as demonstrações contábeis não apresentam distorções relevantes. Essa conclusão deve considerar, se

- (A) as informações apresentadas nas demonstrações contábeis são importantes, fidedignas e inteligíveis.
- (B) as demonstrações contábeis tomadas em conjunto apresentam distorções relevantes ajustadas, com base em evidência de auditoria obtida.
- (C) foi obtida evidência de auditoria apropriada e suficiente.
- (D) as demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, representam as transações e eventos de modo a revelar uma apresentação exata.
- (E) a terminologia usada nas demonstrações contábeis, incluindo o título de cada demonstração contábil, é padronizada.

86. O Auditor, tendo obtido evidência de auditoria apropriada e suficiente, conclui que as distorções, individualmente ou em conjunto, são relevantes, mas não generalizadas nas demonstrações contábeis, deve expressar-se por meio de

- (A) opinião adversa.
- (B) abstenção de opinião.
- (C) renúncia do trabalho.
- (D) opinião sem ressalva.
- (E) opinião com ressalva.

87. O relatório de auditoria interna deve abordar, diversos aspectos, EXCETO

- (A) eventuais limitações ao alcance dos procedimentos de auditoria.
- (B) a metodologia adotada.
- (C) comparação do desempenho da auditada com o da concorrência.
- (D) os principais procedimentos de auditoria aplicados e sua extensão.
- (E) a descrição dos fatos constatados e as evidências encontradas.

Economia no Setor Público

88. Falhas de mercado na forma de externalidade ocorrem quando

- (A) o mercado não consegue atingir o equilíbrio.
- (B) o preço reflete exatamente o valor do bem em questão.
- (C) os custos de produção estão incluídos no preço dos bens.
- (D) nem todos os custos e benefícios estão incluídos nos preços dos bens.
- (E) os benefícios excedem os custos de consumir os bens.

89. Considere o modelo de oferta e demanda agregadas. Suponha o cenário de um país com recessão. O Ministro da Fazenda e o presidente do Banco Central pretendem estimular esta economia para reduzir o tamanho e a intensidade da recessão. A medida que conseguirá reduzir o tamanho da recessão do país será

- (A) reduzir a demanda agregada através de aumento da taxa de juros.
- (B) promover política monetária restritiva através do aumento do depósito compulsório.
- (C) reduzir gastos públicos referentes à construção de pontes e estradas para ligar o Norte ao Sul do país.
- (D) aumentar a oferta agregada através de aumento de salários.
- (E) aumentar a demanda agregada através de aumento do consumo privado.

90. Conforme os dados extraídos do Banco Central do Brasil, a situação das contas externas do país em 2014 (medidos em milhões de dólares americanos) é a seguinte:

Déficit no Saldo de Transações Correntes	70.697
Superávit no Saldo de Transferências Unilaterais...	1.458
Déficit no Saldo de Rendas	30.326
Déficit no Saldo de Serviços.....	39.357

Com base nestas informações, é correto afirmar que o valor do saldo comercial no período foi equivalente, em milhões de dólares americanos, a

- (A) -1.872
- (B) + 2.472
- (C) + 138.922
- (D) + 1.872
- (E) -2.472

91. A denominada competição (ou concorrência) monopolística é caracterizada por

- (A) muitas firmas vendendo produtos idênticos, embora substitutos próximos.
- (B) uma firma vendendo produtos exclusivos.
- (C) muitas firmas vendendo produtos diferenciados, embora substitutos próximos.
- (D) poucas firmas vendendo produtos idênticos.
- (E) poucas firmas vendendo produtos diferenciados.



92. Considere uma economia com apenas dois bens. Quando nela não se consegue produzir mais de um bem sem sacrificar a produção do outro bem, então, é correto afirmar que (A) a economia está operando dentro da fronteira de possibilidades de produção. (B) é possível haver tanto a eficiência de Pareto quanto situações de 'melhora de Pareto'. (C) há eficiência no sentido de Pareto. (D) é possível inferir que há espaço para a chamada 'melhora de Pareto'. (E) não há eficiência no sentido de Pareto.	97. Os processos podem ser definidos como um conjunto de atividades inter-relacionadas que, executadas numa sequência determinada, conduzem a um resultado esperado, transformando insumos (entradas) em bens ou serviços (saídas), assegure o atendimento das necessidades e expectativas dos clientes e outras partes interessadas (definição da FNQ – Fundação Nacional da Qualidade). Os processos podem ser vistos em diferentes níveis, entre os quais se insere: (A) Processos secundários: são os processos que resultam na entrega de algum bem ou serviço ao cliente final, com um conjunto de procedimentos definidos que agregam valor ao processo.
93. O Banco Central – Bacen, para aumentar a oferta de moeda, deve implementar a política de (A) venda de títulos públicos. (B) aumento da taxa Selic. (C) redução da reserva compulsória dos bancos comerciais. (D) aumento da reserva compulsória dos bancos comerciais. (E) aumento da taxa de redesconto dos bancos comerciais.	(B) Processos gerenciais: são os processos que geram apenas bens e serviços internos, mas que são indispensáveis para que os processos principais possam ser executados. (C) Subprocesso: parte específica do processo, composta por um conjunto de atividades que demandam insumos próprios e resultam em subproduto(s) que concorre(m) para o produto final do processo.
94. Os bens públicos têm por característica serem (A) apenas bens não excludentes, podendo ser rivais ou não rivais. (B) bens não rivais e não excludentes. (C) bens rivais e excludentes. (D) bens rivais e não excludentes. (E) bens não rivais e excludentes.	(D) Macroprocesso: conjunto de etapas de um processo, correspondentes a atividades que agregam valor às tarefas, as quais constituem a etapa operacional da cadeia. (E) Processo principal: é o processo ligado à estratégia e utilizado na tomada de decisões, no estabelecimento de metas, na coordenação dos demais processos e na avaliação dos resultados.
95. A Secretaria do Tesouro Nacional do Brasil é responsável pela gestão da política econômica (A) cambial. (B) de gerenciamento dos bancos comerciais. (C) relacionada ao Mercosul. (D) monetária. (E) fiscal.	98. Suponha que determinada organização pública pretenda utilizar ferramentas reconhecidas de planejamento estratégico para um processo articulado de definição de objetivos e de escolha de meios para atingi-los. Para o escopo pretendido, a referida organização (A) poderá definir a visão da organização, que consiste na sua própria razão de ser, através do processo de diagnóstico institucional.
Gestão Pública 96. Diversas metodologias vem sendo desenvolvidas e utilizadas no processo de avaliação de desempenho organizacional, sendo as mais consagradas, o (A) Ciclo PDCA – Plan, Do, Check e Act to Corret (planejar, fazer, monitorar e corrigir as falhas), utilizando o denominado Diagrama de Pareto. (B) Sistema BPM – Business Process Management – utilizando como principal ferramenta o <i>workflow</i>. (C) ERP – Enterprise Resource Planning – que se vale de sistemas integrados, concebidos com a utilização da tecnologia da informação. (D) Kaizen – Melhoria Contínua, utilizando, para visualizar o alinhamento da estratégia com as metas e indicadores, o denominado Diagrama de Ishikawa. (E) Balanced Scorecard – BSC, no qual são utilizados os mapas estratégicos, onde devem ficar clara a visualização da estratégia e as relações de causa e efeito.	(B) deverá, como pressuposto para o planejamento, realizar um mapa das competências disponíveis na organização e, a partir deste, definir as diretrizes estratégicas. (C) deverá, preliminarmente, definir sua missão, que constitui a forma como a organização é reconhecida pela sociedade. (D) precisará alinhar visão e cenários, para estabelecer os valores a serem perseguidos. (E) poderá utilizar uma Matriz SWOT, para conjugar análise interna, de competências e deficiências, e externa, de oportunidades e ameaças.



99. O modelo de excelência em gestão da FNQ – Fundação Nacional da Qualidade, aplicável às organizações públicas e privadas, preconiza um conjunto de fundamentos de excelência em gestão, tendo como referência as organizações de excelência em nível mundial. Constitui um desses fundamentos:

- (A) Visão de futuro: compreensão dos fatores que afetam a organização, seu ecossistema e o ambiente externo no curto e no longo prazo, visando à sua perenização.
- (B) Abordagem sistêmica: exame da organização e identificação dos processos de agregação de valor, com foco no usuário.
- (C) Reengenharia: significa redesenhar os processos existentes, com mapeamento das melhorias necessárias à satisfação do usuário.
- (D) Liderança: examina o sistema de liderança da organização e o comprometimento pessoal dos membros da direção no estabelecimento e disseminação de princípios que promovam a cultura da excelência.
- (E) Perspectiva instrumental: construção da comunicação por todos os envolvidos, resultando da interação entre atores, seus meios e suas particularidades.

100. Os projetos adquiriram importante papel na gestão estratégica como instrumentos de gestão, de mudança e de desenvolvimento nas organizações. Segundo Marques Junior e Plonski (2009), “com a alta demanda por crescimento e inovação, os projetos passaram a ter importância cada vez maior nas organizações”. Entre as características dos projetos indicadas no Guia PMBOK, encontra-se a

- (A) Progressividade: o projeto é executado de forma contínua, não cabendo abordagem em etapas.
- (B) Subjetividade: os projetos são realizados por pessoas, que o planejam e executam e não comportam uma finalidade específica pré-estabelecida.
- (C) Singularidade: todo produto ou serviço gerado por um projeto é exclusivo e diferente de outros produtos ou serviços.
- (D) Temporalidade: os projetos não possuem um início e um fim definidos, mas comportam o gerenciamento do tempo envolvido na sua consecução.
- (E) Mutabilidade: em regra, os resultados dos projetos são efêmeros, podendo ser identificados apenas no momento de sua conclusão.